



V CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 3ª REGIÃO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA

1. No Brasil, o Poder Constituinte Reformador, exercido pelo Congresso Nacional:
 - a) não é inicial, mas é ilimitado e autônomo;
 - b) é limitado apenas pelas cláusulas pétreas;
 - c) sofre limitações materiais, circunstanciais e temporais;
 - d) é condicionado e secundário, mas tem limitações apenas materiais.

2. O controle jurisdicional de constitucionalidade das leis no Brasil é exercido:
 - a) pelo Supremo Tribunal Federal, com exclusão de qualquer outro Tribunal ou Juízo;
 - b) pelo Supremo Tribunal Federal, que tem a função de Corte Constitucional, e ainda pelos Tribunais Superiores da União e Tribunais de Justiça dos Estados, excluídos os Juízes Singulares;
 - c) por qualquer Juiz ou Tribunal do país, nos casos concretos e, em tese, em se tratando de lei ou ato normativo federal ou estadual, apenas pelo Supremo Tribunal Federal;
 - d) pelo Supremo Tribunal Federal, apenas em tese, cabendo o controle da constitucionalidade nos casos concretos aos Tribunais Regionais Federais e aos Tribunais Superiores da União.

3. A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, somente podendo ser candidatos a cargos eletivos:
 - a) os brasileiros natos no pleno exercício dos direitos políticos;
 - b) os brasileiros inscritos como eleitores, filiados a Partidos Políticos e no pleno exercício dos direitos políticos;
 - c) os brasileiros natos, inscritos como eleitores, filiados a Partidos Políticos, no pleno exercício dos direitos políticos, desde que não sejam analfabetos, tenham a idade mínima para o cargo pretendido e domicílio eleitoral na circunscrição;
 - d) os brasileiros que preencham as condições da alternativa "b" e, além disso, tenham a idade mínima para o cargo pretendido e domicílio eleitoral na circunscrição, desde que não sejam analfabetos ou inelegíveis.

4. Para a propositura da ação direta de declaração de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo federal ou estadual:
 - a) o prazo será decadencial de 120 dias;
 - b) a ação poderá ser proposta a qualquer tempo;
 - c) o prazo decadencial é o mesmo da ação rescisória (2 anos);
 - d) o prazo decadencial será de cinco anos.



5. Ao servidor público civil:
 - a) é vedado o direito de associação sindical e o direito de greve;
 - b) é vedado o direito de associação, mas é assegurado o direito de greve;
 - c) é livre a associação sindical e restrito o direito de greve;
 - d) não é livre a associação sindical nem o direito de greve.

6. Declarada pelo STF a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional:
 - a) será suprida a omissão do Legislativo para garantir o exercício dos direitos e liberdades constitucionais;
 - b) será dada ciência ao Poder competente para a adoção das medidas necessárias;
 - c) será dada ciência ao Poder competente para editar a lei reclamada, em trinta dias;
 - d) será dada ciência ao Poder competente para adotar as providências necessárias em trinta dias, sob pena de desobediência.

7. Depois de aprovado por 3/5 dos votos dos membros da Câmara e do Senado, em dois turnos, o projeto de Emenda à Constituição será:
 - a) submetido à sanção do Presidente da República;
 - b) promulgado pelo Presidente da República;
 - c) promulgado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;
 - d) promulgado pelo Presidente do Senado com o respectivo número de ordem.

8. O projeto de Emenda Constitucional é de iniciativa:
 - a) de qualquer congressista;
 - b) de mais da metade dos Governadores dos Estados da Federação;
 - c) de 1/3, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
 - d) de 3/5 dos votos dos respectivos membros de cada Casa do Congresso Nacional.

9. A competência legislativa para instituir tributos na federação brasileira é:
 - a) expressa para União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
 - b) expressa para a União; residual para os Estados; de acordo com o interesse local para o Município; e, residual e de acordo com o interesse local para o Distrito Federal;
 - c) expressa para os Estados, Distrito Federal e Municípios; e, expressa e residual para a União;
 - d) expressa para a União e residual para Estados, Distrito Federal e Municípios.

10. São garantias da Magistratura Nacional:
 - a) vitaliciedade; inamovibilidade, após dois anos; e irredutibilidade de vencimentos;
 - b) vitaliciedade após dois anos; inamovibilidade; e irredutibilidade de vencimentos;
 - c) vitaliciedade; inamovibilidade; e irredutibilidade de vencimentos, após dois anos;
 - d) vitaliciedade e inamovibilidade, após dois anos; e irredutibilidade de vencimentos.



11. A suspensão dos direitos políticos decorre de:

- a) incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; e improbidade administrativa;
- b) cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;
- c) recusa de cumprir obrigação legal a todos imposta ou prestação alternativa;
- d) improbidade administrativa e cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.

12. A legitimidade ativa para a propositura da Ação Popular é de:

- a) qualquer cidadão e do Ministério Público;
- b) qualquer cidadão;
- c) brasileiros e estrangeiros residentes no País;
- d) qualquer brasileiro, nato ou naturalizado.

13. A competência privativa da União para legislar:

- a) exclui a de Estados, Distrito Federal e Municípios;
- b) admite que os Estados legislem apenas na ausência de lei federal;
- c) admite que mediante autorização veiculada por lei complementar federal, os Estados legislem sobre questões específicas;
- d) exclui a competência dos Municípios e admite, mediante delegação legislativa, que os Estados legislem concorrente e supletivamente.

14. O princípio do acesso ao Poder Judiciário:

- a) depende do prévio esgotamento da via administrativa;
- b) só pode ser limitado por lei;
- c) pode ser excluído da ordem constitucional vigente, através de Emenda à Constituição;
- d) assegura o direito de pleitear a prestação jurisdicional sempre que um direito for lesado ou ameaçado de lesão.

15. O mandado de segurança incorporou-se ao sistema constitucional positivo:

- a) Constituição de 1891;
- b) Constituição de 1934;
- c) Constituição de 1937;
- d) Constituição de 1946.

16. Na forma da previsão constitucional, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Assim, sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não-cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos



inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores à multa simples ou diária, à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito e à suspensão de sua atividade.

Sem obstar a aplicação dessas penalidades, é o poluidor obrigado a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade:

- a) diante da ocorrência de dolo;
- b) presente a culpa;
- c) pela conjugação de dolo e culpa;
- d) independentemente de existência de culpa.

17. A cláusula contratual relativa ao fornecimento de produtos e serviços que imponha representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor é:

- a) anulável;
- b) nula de pleno direito, invalidando todo o contrato;
- c) nula de pleno direito;
- d) nula, não invalidando o contrato, exceto quando de sua ausência, apesar de esforços de integração, decorrer ônus excessivo para o consumidor.

18. O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida:

- a) civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza;
- b) civil, comercial e previdenciária;
- c) civil, comercial, fiscal ou previdenciária;
- d) fiscal, previdenciária e comercial.

19. O direito de preempção caducará, se a coisa for móvel, não se exercendo nos três dias, e, se for imóvel, não se exercendo nos trinta subseqüentes àquele em que o comprador tiver afrontado o vendedor.

Segundo o entendimento da doutrina e da jurisprudência, esta é uma hipótese de:

- a) desistência;
- b) preclusão;
- c) decadência;
- d) prescrição.

20. Indique a resposta **incorreta**.

Não pode ser alegado o usucapião:

- a) pendendo ação de evicção;
- b) estando vencido o prazo;
- c) entre cônjuges na constância do matrimônio;
- d) havendo protesto.



21. Dá-se a novação quando o devedor contrai com o credor nova dívida, para extinguir e substituir a anterior.

Esta é uma hipótese de novação:

- a) pessoal;
- b) real;
- c) objetiva passiva;
- d) subjetiva ativa.

22. A entrega voluntária do título da obrigação, quando por escrito particular, prova a desoneração do devedor e seus coobrigados, se o credor for capaz de alienar, e o devedor, capaz de adquirir.

Este é um caso de:

- a) confusão;
- b) pagamento presumido;
- c) remissão presumida;
- d) dação em pagamento.

23. Indique a resposta **incorreta**.

Só se podem revogar por ingratidão as doações:

- a) se o donatário injuriou gravemente ou caluniou o doador;
- b) se atentou contra a vida do doador;
- c) se recusou ao doador os alimentos, de que este necessitava;
- d) se cometeu contra ele ofensa física.

24. A doutrina distingue como características jurídicas da fiança convencional:

- a) acessoriedade e subsidiariedade;
- b) unilateralidade e acessoriedade;
- c) gratuidade, acessoriedade, unilateralidade e subsidiariedade;
- d) subsidiariedade, gratuidade e unilateralidade.

25. A adoção plena é irrevogável, conferindo ao adotado a condição de filho, com os mesmos direitos e deveres:

- a) sem desligá-lo de qualquer vínculo com pais e parentes;
- b) inclusive os sucessórios;
- c) salvo os sucessórios;
- d) desligando-o de qualquer vínculo com parentes.

26. A teoria da descon sideração da personalidade jurídica ("disregard of legal entity") consiste em:

- a) não considerar os efeitos da personificação para atingir a responsabilidade dos sócios;



- b) declarar nula, de pleno direito, a personificação;
- c) tornar a personalidade jurídica ineficaz para todos os atos praticados pela sociedade;
- d) na extinção da personalidade jurídica por via judicial.

27. Na sociedade por cotas de responsabilidade limitada o sócio-gerente praticou ato característico de infração da legislação tributária. A consequência, para ele, poderá ser:

- a) sua irresponsabilidade pessoal, desde que não tenha havido dolo na infração cometida;
- b) sua irresponsabilidade subsidiária, já que somente a sociedade, com patrimônio distinto do patrimônio dos sócios que a integram, responderá pelas obrigações contraídas;
- c) somente a sua responsabilidade pela integralização de todo o capital social, caso os outros sócios não tenham integralizado as suas respectivas cotas sociais;
- d) sua responsabilidade pessoal, com supedâneo em dispositivos específicos do Código Tributário Nacional.

28. Ocorrendo a dissolução de uma sociedade anônima, a consequência será:

- a) a companhia dissolvida perder, imediatamente, a personalidade jurídica;
- b) a companhia dissolvida conservar a personalidade jurídica, até a extinção, com o fim de proceder a liquidação;
- c) a extinção automática da companhia;
- d) a do encerramento concomitante do processo de liquidação.

29. O Conselho de Administração somente é obrigatório:

- a) nas companhias abertas, nas de capital autorizado e nas sociedades de economia mista;
- b) nas de capital autorizado, nas sociedades por cotas e nas sociedades de economia mista;
- c) nas sociedades de economia mista, nas de capital autorizado e nas companhias fechadas;
- d) nas companhias abertas, nas de capital autorizado e nas em nome coletivo.

30. A cláusula "NÃO À ORDEM" consiste:

- a) na impossibilidade total de transferência do título, seja por endosso, seja por cessão;
- b) na impossibilidade de transferência do título por endosso, sendo a mesma possível pela forma e efeitos da cessão ordinária;
- c) na possibilidade de transferência por endosso em branco;
- d) na possibilidade de transferência por endosso em preto.

31. A prestação do aval em um título de crédito:

- a) coloca o avalista em posição idêntica à do fiador;
- b) não pode ser feita de forma parcial;



c) se não houver indicação para quem é dado, deixará de produzir os efeitos que lhes são próprios;

d) implica na subsistência da obrigação do avalista, ainda que nula a obrigação por ele garantida, a menos que essa nulidade decorra de vício de forma do título.

32. A duplicata é:

a) um título de crédito ao qual se aplicam, no que couber, os dispositivos da legislação sobre emissão, circulação e pagamento das letras de câmbio;

b) um título de crédito, genuinamente brasileiro, que deve ser obrigatoriamente extraído para circulação como efeito comercial, pelo comerciante vendedor nos contratos de compra e venda mercantil;

c) um título de crédito que não poderá ser considerado título executivo extrajudicial (art. 585 do CPC), caso não contenha o aceite do sacado aposto no próprio título;

d) um título inteiramente regulado pela Lei das Duplicatas, a ele não se aplicando, em nenhuma hipótese, os dispositivos da legislação sobre Letra de Câmbio.

33. O direito de recesso do acionista minoritário consiste:

a) na possibilidade de pedir aos órgãos da companhia a anulação da assembléia geral;

b) na possibilidade de requerer judicialmente a dissolução da sociedade;

c) no direito de pedir o adiamento da assembléia geral convocada para decidir matérias relevantes para a sociedade;

d) no direito de retirar-se da sociedade, mediante o reembolso do valor de suas ações.

34. Nas sociedades por cotas de responsabilidade limitada:

a) pode haver simultaneamente a utilização de firma social e denominação social;

b) os sócios-gerentes responderão para com a sociedade e para com terceiros, solidária e ilimitadamente, pelo excesso de mandato e pelos atos praticados com violação do contrato ou da lei;

c) é impossível o exercício do direito de recesso por parte do sócio-cotista;

d) não se aplicam subsidiariamente, em nenhuma hipótese, as normas das sociedades por ações.

35. A responsabilidade dos sócios é:

a) limitada à integralização de sua cota social, na sociedade por cotas de responsabilidade limitada;

b) limitada ao valor do capital social, nas sociedades de capital e indústria, para o sócio capitalista;

c) limitada ao preço de emissão das ações subscritas, nas sociedades anônimas;

d) limitada ao valor do capital social nas sociedades em nome coletivo.

36. Crime vago é aquele em que:

a) o sujeito passivo não foi identificado;



- b) o sujeito passivo se confunde com o sujeito ativo;
- c) o sujeito passivo é entidade sem personalidade jurídica;
- d) o tipo exige, necessariamente, dois ou mais sujeitos passivos.

37. O juiz, ao condenar alguém que é reincidente, com anterior condenação em crime doloso, a pena privativa:

- a) não poderá substituir a pena privativa de liberdade por pena restritiva;
- b) não poderá aplicar somente pena de multa;
- c) poderá, quando a pena aplicada for de detenção, fixar regime inicial aberto;
- d) poderá suspender a pena privativa, se o réu for menor de vinte e um anos e a pena for de detenção.

38. Se, por meio de imprensa, for cometido crime contra a honra de juiz de direito em razão de sua função, a exceção da verdade será admitida:

- a) na calúnia, na difamação e na injúria;
- b) na calúnia e na difamação;
- c) na difamação e na injúria;
- d) na injúria e na calúnia.

39. Prevêem figura privilegiada os seguintes crimes:

- a) duplicata simulada, furto e apropriação indébita;
- b) apropriação indébita, dano e duplicata simulada;
- c) receptação dolosa, furto e estelionato;
- d) receptação dolosa, dano e estelionato.

40. No delito de frustração de direito assegurado por lei trabalhista:

- a) o sujeito ativo é sempre o empregador;
- b) o tipo configura norma penal em branco;
- c) um dos meios de execução é a grave ameaça;
- d) não se admite a tentativa.

41. Se o funcionário público, ainda que fora de seu ofício, insere, a pedido de amigo, em documento público a que ajudou a redigir, declaração falsa com o fim de beneficiá-lo, alterando a verdade sobre fato relevante e em prejuízo de terceira pessoa, comete crime de:

- a) falsificação de documento público;
- b) falsidade ideológica;
- c) prevaricação;
- d) corrupção passiva.

42. Em relação aos crimes contra a ordem tributária praticados por particulares e definidos na Lei 8.137, de 27.12.90:



- a) exige-se sempre o dolo específico;
- b) não se admite a co-autoria;
- c) nenhum dos tipos é anormal;
- d) não é prevista causa especial de aumento.

43. O delito de concussão consuma-se:

- a) com a exigência da vantagem indevida;
- b) com o recebimento da vantagem indevida;
- c) com a solicitação da vantagem indevida;
- d) com a omissão na prática do ato de ofício, em virtude da vantagem indevida.

44. São crimes hediondos:

- a) a tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o estupro;
- b) o estupro, o latrocínio e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;
- c) o terrorismo, o latrocínio e a extorsão mediante seqüestro;
- d) o homicídio qualificado, o latrocínio e o atentado violento ao pudor.

45. Em relação aos crimes contra a ordem econômica, definidos na Lei 8.137, de 27.12.90:

- a) a ação penal é pública em relação a alguns e privada quanto a outros crimes;
- b) as penas previstas são de reclusão e detenção, não sendo possível condenação à pena de multa;
- c) a pena será agravada, de um terço até a metade, quando o crime for cometido por funcionário público em razão de sua função;
- d) a pena será reduzida em um terço se o crime não se referir à prestação de serviços ou ao comércio de bens essenciais à vida ou à saúde.

46. Afirma-se haver competência discricionária do Executivo:

- a) quando não há possibilidade de controle judicial;
- b) quando a administração puder escolher o ato a praticar, para cumprir a lei, segundo seus exclusivos critérios;
- c) se os parâmetros do ato não estiverem predefinidos na lei e/ou esta contiver conceitos indeterminados;
- d) quando puder o administrador escolher solução adequada para a implementação da finalidade da norma.

47. A responsabilidade extracontratual do Estado, assegurada no artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição da República:

- a) é objetiva com relação ao Estado e subjetiva com relação ao funcionário e aplica-se aos atos lícitos praticados pela administração;
- b) estende-se aos atos lícitos e ilícitos que ocasionem danos e sejam praticados pela Administração e pelo Judiciário;



c) é objetiva com relação ao Estado, subjetiva quanto ao funcionário, abrange os atos lícitos, se ocasionarem danos certos, especiais e anormais, como também os ilícitos da Administração Pública e inadmite excludentes;

d) é objetiva com relação ao Estado, subjetiva quanto ao funcionário, abrange os atos lícitos, se ocasionarem danos certos, especiais e anormais, e ilícitos e admite excludentes.

48. O funcionário público estável:

a) não pode perder o cargo por inadequação funcional porque, se não verificada tal circunstância no estágio probatório de dois anos, precluiu o direito da administração;

b) pode perder o cargo, quer por processo administrativo, quer judicial, assegurada a ampla defesa;

c) somente poderá perder o cargo por processo judicial, assegurada a ampla defesa;

d) poderá ser demitido, após regular processo administrativo, desde que antes tenha sofrido outras penalidades.

49. Nos processos administrativos disciplinares ou sancionatórios:

a) admitem-se as arguições de impedimentos e suspeições;

b) não se admitem as arguições de impedimentos ou suspeições;

c) somente são admitidas arguições de impedimentos e suspeições se houver lei autorizatória;

d) somente admite-se a arguição de impedimentos.

50. Considerando-se o direito de petição consagrado no texto constitucional, se houver posterior desistência do administrado peticionário:

a) deve a administração arquivar o expediente;

b) deve a administração, não obstante, dar prosseguimento;

c) deve prosseguir, se houver alegação de ilícito administrativo;

d) deve prosseguir, por força do princípio da oficialidade, mesmo que o pedido seja de interesse exclusivo do administrado.

51. A revogação dos atos administrativos:

a) pode ocorrer, sem qualquer indenização, porque somente se revogam atos que não sejam vinculados;

b) não pode ocorrer sem indenização;

c) pode ocorrer, em algumas circunstâncias, sem indenização;

d) pode ocorrer sem indenização porque, se praticados dentro da competência discricionária do administrador, não criam direitos.

52. A competência regulamentar consiste:

a) na possibilidade de a administração, por meio de decretos, portarias, resoluções, enfim, de atos gerais, determinar as condições de execução da lei;



- b) na possibilidade de estabelecimento dos procedimentos administrativos internos das repartições;
- c) na possibilidade de, na lacuna da lei, para implementação do interesse público, os chefes do executivo determinarem a execução de providências para asseguramento de direitos e deveres do administrado;
- d) na possibilidade de os chefes do executivo expedirem decretos para fiel execução da lei.

53. Os bens públicos afetados a usos especiais:

- a) são inalienáveis em quaisquer circunstâncias;
- b) poderão ser alienados se houver prévia desafetação;
- c) não podem ser alienados tanto quanto os bens públicos de uso comum do povo;
- d) podem ser alienados, se previamente desafetados, e desde que a venda seja precedida de licitação pública.

54. As pessoas jurídicas que compõem a administração descentralizada:

- a) não se submetem aos princípios da administração pública, salvo se forem pessoas de direito público;
- b) não se obrigam a licitar se forem pessoas de direito privado;
- c) submetem-se aos princípios da administração pública estabelecidos no texto constitucional;
- d) submetem-se aos princípios da administração pública apenas se forem autarquias e fundações públicas;

55. As decisões administrativas devem ser motivadas:

- a) apenas se forem impugnadas;
- b) somente se forem decisões do Poder Judiciário, porque expressamente determinado no artigo 93, inciso X, da Constituição da República;
- c) porque, embora não expressa a motivação no capítulo referente à Administração Pública, é princípio indispensável para o cumprimento de outros princípios constitucionais;
- d) somente se necessário ao exato cumprimento do ato administrativo ou se a lei expressamente determinar.

56. Tratando-se de obrigação em dinheiro, poderá o devedor ou terceiro optar pelo depósito da quantia devida, em estabelecimento bancário oficial, onde houver, situado no lugar do pagamento, em conta com correção monetária, cientificando-se o credor por carta com aviso de recepção, assinado o prazo de dez dias para a manifestação de recusa.

Tem-se, na hipótese:

- a) ação de consignação em pagamento;
- b) exaurimento da via administrativa;



- c) alternativa extrajudicial da consignatória;
- d) ação de depósito.

57. O litigante de má-fé será condenado a indenizar à parte contrária os prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e as despesas que efetuou.

- a) o juiz agirá de ofício ou a requerimento;
- b) o tribunal não imporá a sanção, se o juiz de 1º grau deixou de aplicar a pena;
- c) a sanção condenatória de ofício é consequência de toda litigância de má-fé e exclui o pedido da parte contrária;
- d) o juiz agirá a requerimento.

58. Indique a alternativa **incorreta**.

Compete à parte:

- a) submeter-se à inspeção judicial, que for julgada necessária pela outra parte;
- b) praticar o ato que lhe for determinado;
- c) comparecer em juízo, respondendo ao que lhe for interrogado;
- d) proceder com lealdade e boa-fé.

59. Interposta a apelação, o juiz, declarando os efeitos em que a recebe, mandará dar vista ao apelado para responder.

Apresentada a resposta:

- a) é facultado ao juiz o reexame dos pressupostos de admissibilidade do recurso;
- b) fica obstada a retratação;
- c) os autos serão remetidos ao contador;
- d) é facultado ao juiz o reexame apenas do cabimento do recurso.

60. No sistema processual civil brasileiro, o assistente técnico:

- a) é auxiliar da justiça, prestando compromisso de cumprir conscienciosamente o encargo que lhe foi cometido;
- b) é auxiliar da parte, não sujeito a impedimento ou suspeição;
- c) pode excusar-se, ou ser recusado por impedimento ou suspeição;
- d) apresentará laudo em cartório pelo menos 10 (dez) dias antes da audiência de instrução e julgamento.

61. Indique a alternativa **incorreta**.

A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

São também absolutamente impenhoráveis:

- a) os vencimentos dos magistrados, dos professores e dos funcionários públicos, o soldo e os salários, salvo para pagamento de prestação alimentícia;
- b) os livros, as máquinas, os utensílios e os instrumentos, necessários ou úteis ao



exercício de qualquer profissão;

- c) as provisões de alimento e de combustível, necessárias à manutenção do devedor e de sua família durante seis meses;
- d) a parte do produto dos espetáculos reservada ao autor e aos artistas.

62. Indique a alternativa **incorreta**.

- a) a sentença que julgar procedente a ação, ordenará o restabelecimento do estado anterior, a suspensão da causa principal e a proibição do réu falar nos autos até a purgação do atentado;
- b) ordenada a citação do denunciado à lide, ficará suspenso o processo;
- c) suspende-se o processo pela morte ou perda da capacidade processual do autor;
- d) verificando a incapacidade processual ou irregularidade da representação das partes, o juiz, suspendendo o processo, marcará prazo razoável para ser sanado o defeito.

63. O credor tem a faculdade de desistir de toda a execução ou de apenas algumas medidas executivas.

Na desistência da execução, havendo embargos opostos:

- a) estes serão extintos, se versarem apenas sobre questões de mérito, pagando o credor as custas e os honorários advocatícios;
- b) a extinção destes dependerá da concordância do embargante, se versarem apenas sobre questões processuais;
- c) estes serão extintos, caso versem apenas sobre questões processuais, pagando o credor as custas e os honorários advocatícios;
- d) a extinção dependerá da concordância do embargante, que se manifestará através de advogado habilitado com procuração geral para o foro, conferida por instrumento público, ou particular assinado pela parte, com firma reconhecida.

64. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de quarenta e oito horas, reformar sua decisão.

Não sendo reformada a decisão:

- a) o despacho, que receber o recurso, mandará citar o réu para acompanhá-lo;
- b) os autos serão encaminhados ao tribunal competente, com as contra-razões de apelação;
- c) dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação da conta, o apelante efetuará o preparo, inclusive do porte de retorno, sob pena de deserção;
- d) os autos serão imediatamente encaminhados ao tribunal competente.

65. Disciplina o Código de Defesa do Consumidor que, na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento:



- a) sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz, após justificação prévia, citado o réu, conceder a tutela liminarmente;
- b) a conversão da obrigação em perdas e danos somente será admissível se por elas optar o autor ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente;
- c) o juiz poderá, sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, impor multa diária ao réu, diante de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito;
- d) a indenização por perdas e danos se fará com prejuízo da multa.

66. A Constituição Federal admite expressamente:

- a) a produção de prova ilícita, quando é a única prova existente da prática de crime grave;
- b) a interceptação telefônica pela autoridade policial para fins de investigação criminal;
- c) a violação do domicílio, sem ordem judicial, para apreender coisas que constituam o corpo de delito;
- d) a indenização pelo Estado a quem ficar preso além do tempo fixado na sentença condenatória.

67. Em crime de ação pública, se oferecida queixa subsidiária, o membro do Ministério Público:

- a) pode apelar de sentença absolutória, se o querelante não recorreu no prazo legal;
- b) pode repudiar a queixa, mas não pode oferecer denúncia substitutiva;
- c) deve intervir no processo, ainda que o querelante não se mostre negligente;
- d) deve aditar a queixa e incluir co-réu, antes que ocorra a decadência.

68. Se um juiz estadual de São Paulo pratica crime de competência da Justiça Federal em Brasília, será processado e julgado pelo:

- a) Superior Tribunal de Justiça;
- b) Tribunal Regional Federal de São Paulo;
- c) Tribunal Regional Federal de Brasília;
- d) Tribunal de Justiça de São Paulo.

69. O CPP prevê a suspensão obrigatória do processo devido questão prejudicial:

- a) homogênea de qualquer natureza;
- b) homogênea de estado;
- c) heterogênea de qualquer natureza;
- d) heterogênea de estado.

70. A prisão:



- a) preventiva é substitutiva da prisão em flagrante;
- b) temporária pode atingir o acusado ou o indiciado;
- c) em flagrante, por crime contra a economia popular, não permite a liberdade provisória sem fiança do art. 310, parágrafo único, do CPP;
- d) em virtude de sentença condenatória é obrigatória em crimes hediondos.

71. O juiz, na sentença condenatória, pode:

- a) aplicar medida de segurança de internação ou tratamento ambulatorial;
- b) admitir agravante genérica não alegada pelo Ministério Público;
- c) dar nova definição jurídica ao fato com base em circunstância não contida na denúncia, sem necessidade de qualquer providência prévia, desde que aplique pena menos grave;
- d) nas duas primeiras fases de fixação da pena privativa, aplicar pena acima do máximo ou abaixo do mínimo.

72. É recurso de fundamentação vinculada:

- a) o recurso ordinário de decisão concessiva de "habeas corpus";
- b) a apelação de decisões do Tribunal do Júri;
- c) a apelação de decisões do juiz singular;
- d) o protesto por novo júri.

73. A falta de menção do fato criminoso na procuração outorgada pelo querelante ao seu advogado:

- a) não pode ser regularizada, sendo necessária a declaração de nulidade do processo;
- b) pode ser regularizada em qualquer momento do processo até a sentença condenatória;
- c) pode ser regularizada até as alegações finais;
- d) pode ser regularizada enquanto não tiver ocorrido decadência.

74. A decisão do juiz federal que concede "habeas corpus" para trancar inquérito policial:

- a) pode ser impugnada pelo Ministério Público através de apelação;
- b) pode ser impugnada pelo assistente do Ministério Público através de recurso em sentido estrito;
- c) pode ser impugnada pela autoridade policial através de apelação;
- d) está sujeita a recurso de ofício para o Tribunal Regional Federal.

75. O procedimento judicial previsto na Lei de Execução Penal:

- a) pode ser iniciado a requerimento de descendente do condenado;
- b) prevê 15 (quinze) dias para o condenado contrariar pedido feito pelo Ministério Público;
- c) permite que o juiz, quando só for requerida produção de prova oral, decida de plano em três dias;



d) prevê agravo, com efeito suspensivo.

76. O preceito ao artigo 153, parágrafo 3º, inciso III, da Constituição que afirma não incidir imposto sobre produtos industrializados destinados ao exterior é:

- a) regra de imunidade;
- b) regra de isenção;
- c) regra de isenção, porque dependerá de lei para ser aplicado;
- d) regra de imunidade, porém dependerá de lei para sua eficácia.

77. Pode-se afirmar que se a competência foi outorgada constitucionalmente:

- a) não há limites para o legislador;
- b) o legislador encontrará limites nos princípios constitucionais;
- c) dependerá de norma geral para ser exercida;
- d) se não exercida, poderá ser delegada.

78. Lavrado auto de infração pode a administração fazendária:

- a) exigir, desde logo, a quantia devida;
- b) intimar o devedor, e, se este não se defender, inscrever a dívida e cobrar judicialmente o tributo;
- c) intimar o devedor e, após a defesa apresentada, inscrever a dívida;
- d) exigir depósito para a apresentação da defesa do contribuinte.

79. Lei que criar unidade fiscal de correção de débitos tributários quanto aos aspectos quantitativos:

- a) deverá fixar os parâmetros gerais e possibilitar ao administrador discricionariedade para sua graduação;
- b) dependerá de decreto regulamentador para sua aplicação;
- c) deverá fixar exaustivamente os parâmetros para sua aplicação;
- d) somente poderá ser aplicada depois de decorridos 90 dias de sua publicação.

80. A lei de IPI, no que diz respeito às alíquotas:

- a) deverá necessariamente fixar as alíquotas máxima e mínima e as condições de variação;
- b) deixar ao Executivo a possibilidade de variação para mais ou para menos;
- c) deverá fixar as condições gerais e deixar ao regulamento as condições de variação;
- d) deverá remeter a fixação ao Executivo, desde que respeitado o princípio da seletividade.

81. A possibilidade de compensação de créditos e débitos tributários:

- a) dependerá de lei que a autorize previamente, especifique as condições e independará de regulamentação;
- b) somente poderá ser exercitada se, existente lei, a administração expedir normas



possibilitando-a;

- c) dependerá sempre de regulamento expedido pelo Executivo;
- d) feita a compensação voluntariamente pelo contribuinte, ou com autorização judicial, extinguirá automaticamente o débito tributário.

82. A taxa cobrada pela Administração para expedir licenças de importação deve ter por base de cálculo:

- a) a capacidade econômica do contribuinte;
- b) o valor do bem a ser importado;
- c) critérios que não comprometam a balança comercial;
- d) a efetiva atividade estatal exercida.

83. Competência e capacidade tributária ativa:

- a) não se distinguem;
- b) distinguem-se porque, quando se exerce a competência tributária, há inovação no mundo jurídico, enquanto que na capacidade ativa tributária não;
- c) distinguem-se, porque a competência tributária deriva diretamente da lei, enquanto que a capacidade tributária depende de delegação do executivo;
- d) não se distinguem porque somente o competente para legislar tem capacidade tributária ativa.

84. Suspende-se a exigibilidade do crédito tributário:

- a) pela anistia, pagamento e remissão;
- b) pela liminar dada em mandado de segurança e pelo depósito em dinheiro;
- c) pelo depósito feito em títulos de crédito;
- d) por sentença transitada em julgado.

85. A imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição:

- a) alcança os impostos, as taxas e as contribuições para a seguridade social;
- b) alcança apenas os impostos e estende-se às autarquias, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público no que se refere ao patrimônio e à renda ou aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou deles decorrentes;
- c) alcança apenas os impostos e estende-se às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como às empresas estatais prestadoras de serviços públicos no que se refere ao patrimônio e à renda ou aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou deles decorrentes;
- d) alcança os impostos e as taxas, estende-se às autarquias e fundações instituídas pelo Poder Público.

86. O lançamento é ato administrativo:

- a) necessário para toda e qualquer hipótese de formalização da obrigação tributária;
- b) que poderá ser revogado, mesmo de ofício pela administração, se faltar(em)



algum(s) de seus elemento(s) ou pressuposto(s) necessários à sua validade;

c) com presunção "juris et de jure" de legitimidade;

d) que não se confunde com o ato administrativo de imposição de penalidade (auto de infração).

87. A dívida ativa, devidamente inscrita:

a) é título executivo extrajudicial e tem presunção relativa de liquidez e certeza;

b) é título executivo extrajudicial e tem presunção absoluta de liquidez e certeza;

c) não poderá ser revista voluntariamente pela administração pública, porém somente se houver impugnação judicial;

d) se não houver sido contestada administrativamente gozará de presunção absoluta de liquidez e certeza.

88. Ajuizada execução fiscal, penhorou-se bem gravado com a cláusula de impenhorabilidade por se constituir em bem de família (art.1º da Lei 8.009, de 29.03.1990). Embargada a execução, foi alegada a impenhorabilidade do bem. Em contestação, a Fazenda argumentou que o bem houvera sido adquirido quando o contribuinte já estava em estado de insolvência e vendera sua moradia anterior de menor valor.

Nessa hipótese, o juiz:

a) pode transferir a impenhorabilidade para outros bens, também de propriedade do devedor;

b) não poderá alterar a instituição do bem de família, em qualquer circunstância;

c) poderá, se comprovada a situação alegada, anular a venda da propriedade anterior, a fim de o vínculo ficar na anterior, liberando a propriedade mais valiosa para execução;

d) poderá determinar a substituição da penhora recaindo esta sobre os objetos de arte que guarnecem a propriedade, mesmo que esta seja locada.

89. A isenção tributária condicionada:

a) se concedida com prazo determinado, não poderá ser revogada antes do termo final preestabelecido;

b) se revogada, também se aplicará aos fatos pendentes que deverão ficar incluídos nas novas regras;

c) mesmo concedida com prazo determinado, poderá ser revogada com fundamento no interesse público sem qualquer ônus para a administração;

d) como ato ampliativo de direito não poderá ser suprimida, mesmo que concedida por prazo indeterminado.

90. Anistia e remissão fiscal:

a) não se diferenciam;

b) diferenciam-se porque na remissão há suspensão do crédito constituído, enquanto que a anistia é a exclusão da penalidade pecuniária;



- c) podem ser outorgadas por atos administrativos;
- d) diferem porque a anistia exclui as penalidades e enquanto que a remissão extingue o débito referente ao tributo.

91. A Corte Internacional de Justiça, órgão da ONU, tem sede em:

- a) Genebra (Suíça);
- b) Haia (Holanda);
- c) Nova York (EUA);
- d) Viena (Áustria).

92. Os integrantes do quadro diplomático de carreira, quando em serviço no exterior, gozam no Estado acreditante de privilégios diplomáticos:

- a) imunidade de jurisdição civil;
- b) imunidade de jurisdição penal;
- c) imunidade tributária;
- d) imunidade de jurisdição civil, penal e tributária.

93. O acesso à carreira de oficial das Forças Armadas, no Brasil, é prerrogativa de:

- a) brasileiro nato;
- b) brasileiro nato e naturalizado;
- c) brasileiro e de estrangeiro residente no País há mais de quinze anos;
- d) brasileiro e de português no gozo da reciprocidade de direitos.

94. As causas entre Estado estrangeiro e pessoa domiciliada ou residente no território brasileiro, serão originariamente processadas e julgadas:

- a) pelo Supremo Tribunal Federal;
- b) pelo Superior Tribunal de Justiça;
- c) pelo Tribunal Regional Federal ou Tribunal de Justiça da unidade federativa, conforme o caso;
- d) pelos Juízes Federais.

95. O pedido de extradição requerido por Estado estrangeiro, em face de indivíduo que responde a processo penal naquele País, compete ser originariamente processado e julgado:

- a) pelos Juízes de Direito da Justiça do Distrito Federal;
- b) pelos Juízes Federais, da Seção Judiciária do lugar que o extraditando foi encontrado;
- c) Superior Tribunal de Justiça;
- d) Supremo Tribunal Federal.

96. O valor não recebido em vida pelo segurado:

- a) será pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles,



aos seus sucessores na forma da lei civil;

- b) será pago aos sucessores na forma da lei civil; aos dependentes é garantido, apenas, o direito à pensão por morte;
- c) reverte para os cofres da Previdência, pois o direito do segurado ao benefício, assim como seus reflexos econômicos é personalíssimo e se extingue com a morte;
- d) reverte para o Fundo mantido pela Previdência Social para o custeio dos benefícios da Assistência Social (CF/88 - artigo 203, V).

97. O direito ao benefício previdenciário:

- a) prescreve em 30 anos;
- b) prescreve em 5 anos;
- c) é imprescritível, ressalvada a prescrição quinquenal das prestações não pagas nem reclamadas na época própria;
- d) prescreve em 5 anos, após a perda da condição de segurado.

98. A aposentadoria por invalidez não acidentária é devida ao segurado:

- a) total e definitivamente incapaz para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, após cumprido o período de carência de 12 meses;
- b) total e definitivamente incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, independentemente de carência;
- c) total e definitivamente incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, após cumprido, quando for o caso, o período de carência de 12 meses;
- d) totalmente incapaz para o trabalho, insusceptível de reabilitação e após cumprido o período de carência de 12 meses.

99. O segurado empregado que após 130 contribuições deixa de contribuir em razão de desemprego devidamente registrado no órgão próprio do Ministério da Previdência Social, mantém a condição de segurado:

- a) por até 12 meses;
- b) por até 24 meses;
- c) até o 5º dia útil do 2º mês seguinte ao 36º mês;
- d) até o 5º dia útil do 37º mês.

100. O companheiro de segurada da Previdência Social será considerado beneficiário na condição de dependente:

- a) se comprovar a união estável com a segurada e que dependia economicamente dela;
- b) se comprovar a união estável com a segurada, dispensado da comprovação da dependência econômica que é legalmente presumida;
- c) não é possível ao companheiro ser reconhecido como dependente, prerrogativa reconhecida pela jurisprudência, apenas, para a companheira de segurado da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Comissão de Concurso
V Concurso

Previdência Social;

d) só gozará da condição de dependente se demonstrar que têm prole em comum.



Gabarito da Primeira Prova Escrita do V Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

1	*	21	B	41	B	61	C	81	A
2	C	22	C	42	A	62	*	82	D
3	D	23	C	43	A	63	C	83	B
4	B	24	C	44	D	64	D	84	B
5	C	25	B	45	C	65	B	85	B
6	B	26	A	46	D	66	D	86	D
7	C	27	D	47	D	67	C	87	A
8	C	28	B	48	B	68	*	88	C
9	C	29	A	49	A	69	D	89	A
10	B	30	B	50	C	70	C	90	D
11	A	31	D	51	C	71	B	91	B
12	B	32	A	52	D	72	B	92	D
13	C	33	D	53	D	73	D	93	A
14	D	34	B	54	C	74	D	94	D
15	B	35	C	55	C	75	A	95	D
16	D	36	C	56	C	76	A	96	A
17	C	37	A	57	A	77	B	97	C
18	A	38	B	58	A	78	B	98	C
19	C	39	C	59	A	79	C	99	C
20	B	40	B	60	B	80	A	100	B

(*) Questões anuladas.